

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Luis Marques Mendes em Portalegre e Leiria

Editorial

OS DEBATES

Temos assistido com interesse aos debates presidenciais. E, contrariamente a alguns que nada mais fazem senão denegrir o modelo escolhido, tendo a entender que é aquele que propicia uma melhor percepção das mensagens de cada candidato.

No fim, veremos como todos, ou quase todos, vão reconhecer isso mesmo.

Apenas ficarão irremediavelmente sozinhos, criticando o modelo escolhido, aqueles que não têm qualquer mensagem positiva para transmitir, mas apenas mensagens negativas. Apenas para estes o debate “à antiga portuguesa” é o melhor, aquele em que ninguém deixa ninguém falar, em que ninguém deixa ninguém ser ouvido, onde, em suma, se está apenas perante uma feira de vaidades e de disputas sem sentido, pela melhor pose televisiva ou pelo melhor díchote!

A carapuça cabe bem a um dos candidatos... Ao mesmo que só fala dos debates de há trinta anos, julgando que o país parou no tempo.

Tirando essa “figura de outros tempos”, os restantes candidatos têm dignificado os debates, apresentando as suas ideias para Portugal e explicando a sua interpretação das funções constitucionais de Presidente da República.

Claro que há uma abissal diferença entre Cavaco e os restantes!

Cavaco é o único de entre todos que se posiciona como verdadeiro candidato presidencial. Os restantes apenas se encontram verdadeiramente interessados em guerras e disputas pessoais ou partidárias.

Manuel Alegre claramente apenas pretende ter mais votos que Soares, e tudo leva a crer que terá, ou pelo menos tudo tem feito para o merecer no confronto directo.

Quanto a Jerónimo de Sousa e Louça, estão ambos a medir forças na esquerda do PS, tentado manter ou ultrapassar as posições tradicionais dos respectivos partidos.

Cavaco apresenta-se como um verdadeiro e fidedigno candidato independente. Apesar de militante do PSD, não renegando o seu passado, nem os seus Governos, que cada vez se evidenciam mais como os melhores desde o 25 de Abril, Cavaco tem o apoio de todos os sectores sociais e políticos portugueses. Não será de estranhar ver apoiantes desde a esquerda até à direita, desde o PCP até ao PP.

Cavaco tem uma ideia de Portugal em que os portugueses acreditam e em que se revêm.

Debate a debate vai-se acentuando o fosso entre os candidatos e, sem triunfalismos, mas com realismo, não será surpresa a vitória clara de Cavaco no último debate com Soares. De um lado veremos ideias e confiança, do outro passado e politiquices.

É esta diferença que fará eleger Cavaco a Presidente!



Destaques:

O Presidente do PSD visita
cidades emblemáticas dos sociais-democratas Pag. 02

O nosso Partido no Parlamento Pag. 03

Presidenciais Pag. 07

Comentários muito críticos ao Governo e apelo ao apoio a Aníbal Cavaco Silva em convívios com militantes, nos dois Distritos

Em Portalegre, na primeira semana deste mês, durante um jantar/convívio promovido pela Comissão Política Distrital do PSD, para celebrar os resultados obtidos pelo partido nas últimas eleições autárquicas no Norte Alentejano, ao qual estiveram presentes mais de meio milhar de militantes e apoiantes, o Presidente do PSD, Luis Marques Mendes, considerou que o Orçamento de Estado (OE) para 2006 do Governo PS, recentemente aprovado no Parlamento, é o que contempla o maior aumento de impostos nos últimos anos.

“A carga fiscal vai aumentar em cinco mil milhões de euros”, disse, acrescentando que esta subida “é prejudicial para as empresas”.

O líder do PSD considerou que “aumentar impostos é criar armas de destruição maciça de empregos”, sublinhando que “Portugal tem a taxa de desemprego mais elevada da Europa”.

“A taxa de desemprego já está ao nível do que o governo previa para o final de 2006, registando-se 430 mil desempregados, sendo que desses 60 mil são licenciados”, frisou.

O presidente do PSD acusou também o Governo PS de não ter coragem de cortar nas despesas inúteis do Estado, optando pelo caminho mais fácil de aumentar os impostos.

Marques Mendes revelou ainda que neste OE, “pela primeira vez, são retiradas verbas enormes às autarquias para ficarem num “gigantesco sacco azul à disposição do Governo”.

“Espero que o Executivo não esteja a pensar em discriminar os autarcas, tratando uns como filhos e outros como enteados, para se vingar da derrota sofrida nas últimas eleições autárquicas”, disse.

A pouco mais de um mês das eleições presidenciais, Marques Mendes aproveitou para apelar aos sociais-democratas que se empenhem nesta batalha eleitoral, apoiando o candidato Cavaco Silva.

“Neste momento, em que o país

precisa de confiança, credibilidade na política e esperança no futuro, Cavaco Silva é o candidato que nos pode dar tudo isso”, afirmou.

Sublinhando que “Cavaco Silva é um homem com rigor, credibilidade, honestidade e prestígio”, Marques Mendes considerou que o antigo primeiro-ministro “é o homem certo para injectar confiança no país”.

No jantar de Natal da Concelhia de Leiria, o líder social-democrata aponta graves erros do Governo e apela ao apoio a Cavaco Silva.

A Concelhia de Leiria do PSD, organizou o seu habitual jantar de Natal, que reuniu mais de 500 militantes e foi englobado no âmbito da comemoração dos bons resultados eleitorais obtidos nas passadas autárquicas.

O jantar teve a presença do Presidente do PSD, Luis Marques, que durante a reunião proferiu um discurso no qual abordou diversos temas da actualidade política nacional. Marques Mendes criticou fortemente a intenção do Governo de reduzir o número de exames nacionais do 12º ano, considerando-a “profundamente errada” e um “sinal profundamente negativo”.

Na sua opinião, esta decisão do Governo, “em vez de premiar o mérito”, está a ser premiada a facilidade e o “deixa andar”, exactamente numa altura em que Portugal “precisa de um ensino de rigor” em que as exigências de qualidade se aplicam a todos os sectores, e por maioria de razões, ao sector da Educação, que é a base e a raiz do sucesso de todos os outros.

Acusando o Governo de ceder à “tentação da simpatia fácil”, Marques Mendes considerou que aquela intenção do executivo de José Sócrates fomenta a “lei do menor esforço”, pelo que “é uma matéria que deve obrigar o Governo a corrigir, a emendar a mão e voltar atrás”.

Não ficaria mal à Ministra e ao Primeiro-Ministro reconsiderar e emendar, pois um erro reconhecido a



tempo e emendado a tempo, não tem, geralmente, consequências graves e podem retirar-se dele ensinamentos para o futuro. Mas um erro mantido, por falta de reconhecimento de deficiências ou simples teimosia, é muito grave e pode criar situações muito difíceis, senão impossíveis, de resolver “a posteriori”.

Num discurso em que, por várias vezes, teve como referencial Francisco Sá Carneiro, cuja “coragem, firmeza de convicções e visão estratégica” devem continuar a ser referenciais de comportamento de todo o nosso, Marques Mendes referiu-se também ao Orçamento de Estado para 2006, recentemente aprovado na Assembleia da República, afirmando que, conjuntamente com “o Orçamento Rectificativo de há meses atrás”, provoca um “aumento da carga fiscal dos portugueses de cinco mil milhões de euros”.

“Estou muito preocupado com a situação”, disse o Presidente social-democrata, alertando para a “taxa de desemprego elevadíssima” verificada no país e lamentando que, “quando era precisa uma política que estimulasse a actividade económica” haja “um Governo que aumenta os impostos”.

Lembrando que o PSD tinha votado desfavoravelmente este Orçamento de Estado, em vez de se abster, afirmou que, mesmo uma abstenção “seria impeditiva e incompatível com posições fortes de Oposição, no decorrer do ano de 2006.

“Faço política com seriedade, mas não sou ingénuo”, disse Marques Mendes, acrescentando que o Governo “pode contar com a ajuda” do PSD “para diminuir a despesa do Estado – medidas acertadas – mas não pode contar com o PSD para aumentar os impostos – medidas profundamente erradas”.

Também a presença de Marques Mendes no jantar de Natal do PSD de

Leiria levou, inevitavelmente, ao apelo à mobilização dos sociais-democratas em torno da candidatura presidencial de Cavaco Silva, numa altura em que, disse, o “nível de confiança dos portugueses baixou para níveis muito preocupantes”, o que prova que “afinal... não é uma maioria absoluta que dá confiança, mas sim as acções, a actuação, de quem dirige e governa!”.

A eleição de Cavaco Silva será, segundo o líder do PSD, um factor de confiança para o país, pois colocará Portugal acima de tudo, através da sua “firmeza de convicções” e das suas capacidades.

«É o Homem certo para gerar confiança em Portugal; e Portugal precisa de confiança, em si próprio e entre todos os Portugueses; ele pode ajudar a dar credibilidade ao País e às suas instituições. Pode gerar um novo ambiente de esperança e de orgulho, no futuro do nosso País e, num quadro de particular incerteza internacional, é importante que na chefia do Estado esteja alguém com experiência, grande sentido de Estado, e profundamente conhecedor da situação e dos problemas da cena internacional.

Lembrou que não é o Presidente da República que governa; mas é importante que seja um referencial de credibilidade, com provas dadas no passado, com sentido de Estado, com rigor, com competência, com visão estratégica do futuro e capaz de mobilizar e estimular as energias nacionais.

«Não é uma candidatura partidária e, no caso do PSD, não a forjámos, mas damos-lhe todo o nosso apoio e somos solidários com Cavaco Silva; para o ajudar a conseguir o que será uma vitória importante para Portugal.»

Fontes: Lusa e PL; fotos Arquivo PL e CPS Leiria





Intervenção sobre a Petição para uma eventual revisão do processo de concurso para a selecção e recrutamento do pessoal docente.

Deputado Agostinho Branquinho
Assembleia da República, 02 Dezembro 2005-12-07



Antes de mais, o PSD gostaria de reafirmar quais são para nós os princípios básicos essenciais para se valorizar e respeitar o estatuto do docente, o prestígio da profissão e a consolidação das condições de estabilidade, de motivação e de formação. Para o PSD é vital que exista uma nova visão para as políticas de educação e de gestão de recursos humanos intervenientes no processo educativo.

O Decreto-Lei 35/2003 deu um passo nesse sentido e visou cinco objectivos fundamentais:

- Promover a estabilidade do corpo docente;
- Promover uma afectação mais racional dos docentes integrados no sistema educativo;
- Aumentar a transparência nos processos de colocação de professores;
- Desburocratizar e simplificar os procedimentos de concurso;
- Melhorar a qualidade do funcionamento do sistema educativo e, como consequência, a qualidade das aprendizagens.

Essa iniciativa legislativa, porém, enquadrou-se numa estratégia reformista mais global do nosso sistema educativo, onde mereceu especial destaque a aprovação de uma nova **Lei de Bases do Ensino**, que depois foi vetada pelo Senhor Presidente da República. Após essa decisão política do Senhor Presidente da República e todos os desenvolvimentos políticos ocorridos no ano de 2004, a concretização desse espírito reformista foi sendo sucessivamente adiada.

O actual Governo tem vindo a adoptar um conjunto de medidas, algumas positivas, mas avulsas, sem uma estratégia mobilizadora de todos os agentes envolvidos no processo educativo. Porém, o mais grave na actuação do actual Governo é sua sanha persecutória em relação aos professores que não deixa antever nada de bom e, sobretudo, não garante o necessário clima de estabilidade para a introdução das mudanças necessárias que o sistema educativo português tanto carece.

Em concreto, no que concerne às solicitações específicas dos peticionantes, parece-nos que as mesmas devem ser avaliadas pelo Governo, nomeadamente à luz da reorganização do parque escolar que urge fazer - e da qual nada se sabe -, bem como de uma diminuição do número de alunos por turmas.

Como pano de fundo de toda esta questão não podemos perder de vista que o nosso sistema educativo deverá ter como alvo principal os alunos e a sua qualificação, num quadro de uma sociedade em constante mudança, muito competitiva e que exige do Estado uma capacidade de assumir e concretizar reformas em tempo útil.

Intervenção sobre o código do trabalho

Deputado Arménio Santos
Assembleia da República, 7 de Dezembro 2005

(...)

Ouvi as razões que apresentou para justificar esta iniciativa legislativa do governo e começo por confessar-lhe que estou de acordo com os objectivos que esta Proposta de Lei nº 35/X pretende atingir.

Mais, julgo que nesta Câmara provavelmente estaremos todos de acordo com esses objectivos:

- todos estamos de acordo com a necessidade de revitalizar a negociação colectiva;
- todos queremos que os mecanismos da arbitragem obrigatória funcionem, de modo a reduzir o risco de caducidade das convenções colectivas;
- todos desejamos combater o trabalho sem protecção, em especial aquele que é exercido sob a capa de falso trabalho independente.

Nós temos é muitas dúvidas se

com estas propostas esses objectivos são realizados.

De resto, estes objectivos eram os mesmos que o governo anterior se propunha alcançar neste domínio, quando avançou com o Código do Trabalho.

Registamos também o facto desta Proposta de Lei ter merecido o acordo dos parceiros sociais, à exceção de um, em sede do Conselho Permanente de Concertação Social.

Nós sempre valorizamos a concertação social, e somos fiéis a este princípio, quer estejamos no governo ou na oposição. Nós não somos como o PS, que só considera bons os acordos ou entendimentos sociais quando é governo.

Por isso, nos congratulamos com este entendimento e saudamos as Confederações Sindicais e Empresariais que de boa fé para ele contribuíram.

E esperamos que os compromissos assumidos pelos subscritores deste Acordo, sejam

respeitados por todos, a começar pelo governo, o que implica que a bancada socialista apresente na especialidade as alterações que reconduzam esta Proposta de Lei ao texto original negociado e assinado pelos seus subscritores em sede de Concertação Social.

Mas Senhor Ministro, a Proposta que aqui apresenta, também é contestada pelas mesmas forças que criticaram o Código do Trabalho. À excepção do PS, que apresentou centenas de alterações e criticou cegamente o Código do Trabalho e agora apoia esta Mini-Proposta do governo.

O PS prometeu aos portugueses alterar o Código do Trabalho na base das suas propostas de alteração ao diploma que está em vigor e, como se vê, ignorou essas propostas e também não está a honrar esse compromisso eleitoral.

O Senhor Ministro prometeu um Livro Verde sobre a Legislação Laboral para Novembro, e essa data



já passou e desse livro nada se sabe.

Ou seja, a estratégia que o governo está a seguir nas alterações às Leis Laborais, é confusa, não é nada clara e suscita-nos legítimas reservas, porque em vez de contribuir para a clareza e estabilidade do regime jurídico das relações laborais, receamos que esteja a contribuir para a sua instabilização.

E a instabilidade nas relações laborais, é muito má para todas as partes envolvidas - para os trabalhadores, para as empresas e para o País.

Ninguém ganha e todos perdemos. (...)



Intervenção sobre as alterações ao Código do Trabalho

Deputado Carlos Andrade Miranda

Assembleia da República, 7 de Dezembro de 2005



Sobre esta iniciativa do Governo, de alterar o Código do Trabalho, pairou o fantasma do bloqueio da negociação colectiva.

O Governo, pela voz do Senhor Ministro do Trabalho, desde cedo, desde 13 de Abril deste ano, que, nesta Assembleia, vem insistindo na precipitada ideia de que existiria uma crise na contratação colectiva.

Demonstrando uma completa insensibilidade política perante a realidade que o rodeava.

Desde logo não de apercebendo do enorme significado do Acordo Bilateral de 7 de Janeiro de 2005 entre as confederações patronais e sindicais.

Nesse Acordo Bilateral era afirmado o primado da Contratação Colectiva; e as Confederações, de uma forma inédita e corajosa, comprometeram-se a apoiar o decurso normal dos processos negociais com vista a alcançarem acordos de interesse recíproco.

As Confederações patronais e sindicais, puseram de lado as diferenças que as separavam em relação ao Código de Trabalho e passaram a olhar para ele como um instrumento de relacionamento perfeitamente equilibrado.

Foram para o terreno, embrenharam-se reciprocamente na negociação e concluíram com êxito a contratação.

A panóplia de soluções que o Código sugere às partes e aos negociadores, tem vindo a ser criativamente explorada.

As Partes Contratantes aceitaram reciprocamente as regras do jogo.

A título de exemplo recorde-lhe o Contrato Colectivo de Trabalho assinado entre a Associação de Empresas de Construção e a Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção (Intersindical), que abrange 18.517 empregadores e mais de 300.000 trabalhadores (BTE de 8/04/2005);

Ou o Contrato Colectivo de Trabalho assinado entre a Associação da Restauração e a Federação dos Sindicatos da Alimentação (Intersindical) - ;

Mas os resultados da Contratação em 2005 podiam ter sido muito melhores se o Governo não tivesse estragado tudo com esta peregrina ideia de querer alterar o Código do Trabalho.

Mal o Governo apresentou as suas propostas em Maio passado, matou imediatamente as negociações em curso.

Tudo ficou parado, retraído, à espera das novas regras.

Mas este voluntarismo legislativo não causou danos só no plano interno.

Os investidores internacionais deram-se imediatamente conta de que em Portugal, um Governo de pendor socialista ia voltar a alterar as regras do jogo em que se movem os agentes económicos.

Um dos denominados custos de contexto agravava-se.

Portugal recua ainda mais entre os países alvo do investimento.

Agenda Parlamentar

Quarta-Feira, dia 14 de Dezembro de 2005- 15:00H

Debate de interesse relevante sobre o Plano de Estabilidade e Crescimento.

Quinta-Feira, dia 15 de Dezembro de 2005-15:00h

Agendamento potestativo do PSD

Projecto de Lei n.º 182/X (PSD)

(Altera o regime das inelegibilidades para a eleição dos órgãos das autarquias locais e adita um novo motivo de suspensão do mandato dos titulares desses órgãos)

VOTAÇÕES no final do debate

Sexta-Feira, dia 16 de Dezembro de 2005-10:00h

Perguntas ao Governo de âmbito sectorial (Ministério da Saúde)

Proposta de Lei n.º 36/X (GOV)

Fixa as Condições de Recrutamento e Acesso à Profissão de Profissional de Banca nos Casinos nos Quadros de Pessoal das Salas de Jogos Tradicionais dos Casinos



Intervenção no debate sobre a concessão de garantias pessoais pelo Estado, no âmbito da operação de crédito de ajuda para os países destinatários da cooperação portuguesa

Deputado José Manuel Ribeiro (PSD)
Assembleia da República, 07 de Dezembro.2005



O Governo tomou agora a iniciativa de apresentar à Assembleia da República, a Proposta de Lei n.º 31/X, que “*Estabelece a possibilidade de concessão de garantias pessoais pelo estado, no âmbito da operação de crédito de ajuda para os países destinatários da cooperação portuguesa*”.

Com a presente iniciativa legislativa, o Governo visa alargar o âmbito subjectivo da Lei n.º 112/97, de 16 de Setembro, que como já referi, estabelece o regime jurídico da concessão de garantias pessoais pelo Estado ou por outras pessoas colectivas de direito público.

Na exposição de motivos desta Proposta de Lei, o Governo assume que “a cooperação para o desenvolvimento constitui um vector essencial da política externa”.

É pois neste pressuposto, que o executivo defende a conjugação de diversos instrumentos de apoio financeiro com as operações efectuadas pelo sector privado junto dos países destinatários da cooperação portuguesa.

Refere, ainda, que a concessão de garantias pelo Estado a operações de crédito de ajuda constitui uma forma de apoio ao investimento directo português a às exportações nacionais para os referidos países.

Neste sentido, pretende criar um enquadramento legal próprio, decorrente do facto de se encontrar em causa a concessão de garantia do Estado ao cumprimento das obrigações assumidas pelos países destinatários da cooperação portuguesa, perante instituições financeiras, nacionais ou estrangeiras, no âmbito de operações de crédito de ajuda.

Mais precisamente, a Proposta de Lei agora apresentada prevê a possibilidade de os prazos de início da operação e de utilização e reembolso poderem ser definidos tendo em conta as características de cada caso específico.

No caso do início da operação, o Governo propõe que a garantia do Estado caduque um ano após a tomada de conhecimento da concessão por parte do país destinatário, podendo ser fixado um prazo superior no acto de concessão, desde que fundamentado.

Relativamente à utilização e reembolso, propõe que sejam definidos de acordo com a especificidade do país destinatário, mantendo-se as responsabilidades do Estado, enquanto garante, até 30 dias úteis após o termo do prazo da operação garantida.

A verificação do cumprimento das condições de elegibilidade das operações a garantir cabe à Direcção-Geral do Tesouro, a qual deverá, para tal, obter pareceres do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da entidade responsável pelo apoio financeiro a prestar.

Nos restantes aspectos, o Governo prevê que a concessão de garantias pelo Estado a operações de crédito de ajuda deva reger-se, subsidiariamente e com as necessárias adaptações, pela Lei n.º 112/97, de 16 de Setembro.

Finalmente, estas garantias financeiras encontram-se abrangidas pelo limite máximo para concessão de garantias pelo Estado, aprovado, em cada ano, pela Assembleia da República, no âmbito da Lei do Orçamento do Estado.

(...)

Ignorando algumas reservas do ponto de vista formal, a Proposta de Lei em causa, na sua substância, parece ir no sentido correcto.

Todavia, não podemos deixar de apresentar algumas preocupações.

No período compreendido entre 2000 e 2004, **as garantias do Estado autorizadas foram superiores a cinco mil milhões de euros**, ou seja, uma média anual de mil milhões de euros.

Para o corrente ano, o Governo prevê o montante de 1.310 milhões de euros, ou seja, mais 30% relativamente à média dos últimos cinco anos, sendo que este valor não conta com a concessão de garantias a operações de crédito de ajuda, que o diploma em apreço pretende consagrar.

Na realidade, nos últimos anos a dívida garantida tem vindo progressivamente a aumentar.

No mesmo período que invoquei anteriormente, e tendo em conta as responsabilidades efectivas, **a dívida garantida cresceu 3,6 mil milhões de euros, o que representa um aumento de quase 72 por cento em apenas 5 anos.**

É certo que a concessão de garantias financeiras por parte do estado não releva para efeitos de aferição do cumprimento do critério da dívida previsto no Tratado da União Europeia.

Nessa medida a dívida garantida não faz parte do stock da dívida pública, apenas assumindo essa qualidade no momento em que houver mudança do titular da dívida em consequência de incumprimento do dever.

E é na perspectiva do incumprimento que a concessão de garantias pelo Estado

apresenta preocupações e que suscita uma análise ponderada.

De facto, a execução de garantias tem assumido nos últimos anos uma tendência de crescimento, o que quer dizer que o Estado tem sido chamado a efectuar pagamentos.

Também no mesmo período de apreciação, **os pagamentos em execução de garantias ascendeu a 39 milhões de euros, em moeda antiga quase 8 milhões de contos**. Este valor corresponde a uma média anual de cerca de 8 milhões de euros.

É verdade que este montante representa percentualmente uma **ínfima parte do valor total garantido**.

Mas também é verdade, que **numa altura em que tanto se fala da urgente necessidade da consolidação orçamental, que este valor não pode ser considerado despiendo**.

Se nada é possível fazer quanto às garantias já concedidas, o mesmo não se pode dizer quanto às futuras.

Além dos requisitos que a Lei vigente impõe, **o Governo deve aplicar critérios de rigor e disciplina quanto aos casos e às situações em que essa concessão deve ser autorizada, dando ênfase ao princípio da selectividade, bem como ao princípio da precaução financeira**.

Com a apresentação destas preocupações e ideias, quis o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, **contribuir afirmativa e pedagogicamente para este debate**.

Para terminar, de referir, que o PSD, como partido responsável que é, analisou atentamente esta iniciativa legislativa do Governo, e considera que a mesma merece uma apreciação favorável.

(...)

O PSD pergunta

Requerimento ao Ministério da Educação

Sobre a situação profissional dos Psicólogos nas escolas

Deputado Emídio Guerreiro

Sobre as perspectivas dos professores do Grupo 17 – Artes visuais, relativamente à profissionalização em serviço - *Deputado Emídio Guerreiro*

Requerimento ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Sobre o relatório do “Grupo de Missão para a Saúde”

Deputados Ricardo Almeida; Agostinho Branquinho

Requerimento ao Ministério dos Assuntos Parlamentares

Sobre o despedimento pela agência de notícias LUSA de um dos seus mais antigos correspondentes que vinha exercendo funções em Toronto.

Deputado José Cesário

Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros

Sobre o mau funcionamento do Consulado de Carreira nas Bermudas

Deputado Gonçalo Nuno dos Santos

Sobre a modernização dos serviços Consulares - *Deputado José Cesário*

Requerimento ao Governo

Sobre a dívida do Estado à Região Autónoma dos Açores

Deputados João Bosco Mota Amaral; Joaquim Ponte

Sobre a possibilidade de integração no PIDDAC – 2006, de um conjunto de propostas de alteração ao Orçamento do Estado 2006, para a região Autónoma da Madeira. - *Deputados Correia de Jesus; Hugo Velosa*

Requerimento ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Sobre o transporte de folhas de palmeira - *Deputado José Mendes Bota*



Intervenção sobre as políticas educativas para o nosso País

Deputado Pedro Duarte
Assembleia da República, 7 de Dezembro de 2005

(...)
Afortunadamente, há hoje em Portugal, um consenso (generalizado na nossa sociedade) que reconhece que o caminho mais escorregado para atingirmos um desenvolvimento justo, equilibrado e sustentável passa invariavelmente pela melhor formação dos nossos recursos humanos. Isto é, por uma verdadeira e inequívoca aposta nas pessoas.

É, portanto, sempre actual – diria mesmo, **cada vez mais actual – a reflexão e o debate em torno das políticas educativas para o nosso País.**

Acresce que não restam hoje dúvidas que o País está a ser ultrapassado, está a ficar mais pobre, quando nos comparamos com outros Estados e com outras sociedades, nomeadamente da Europa de Leste.

Na nossa óptica, esta encruzilhada busca as suas raízes em fundamentos conjunturais e em causas estruturais.

E aqui, importa salientar, primordialmente, a débil formação dos nossos recursos humanos e a tímida opção política pela qualificação dos portugueses.

Os números, de resto, não enganam:

Dos actuais jovens com 22 anos, no nosso País, apenas 49% concluiu o ensino secundário. A média da UE a 25, está nos 76,5%, havendo mesmo 14 Países que ultrapassam já a fasquia dos 80%. A Eslováquia, por exemplo, tem hoje 90% da sua população jovem habilitada com o ensino secundário. Pela nossa parte, repito, ficamos pelos 49%.

Outra estatística preocupante diz respeito ao abandono imediatamente no final do ensino básico: 39,5% dos nossos jovens. Na UE, só Malta tem uma situação pior.

Quanto à taxa de acesso à Internet nas escolas, estamos no penúltimo lugar da União Europeia, só estando em melhor posição do que a Eslováquia.

Como vemos, há razões objectivas que justificam o nosso atraso estrutural.

E há decisões políticas que deveriam ser tomadas para inverter esta perigosa tendência.

Vem isto a propósito da medida

ontem anunciada pelo Governo, através do Ministério da Educação, que prevê a redução do número de exames nacionais no ensino secundário.

Num momento em que todas as análises e todas as conclusões assumem que o País precisa de melhor educação e que para isso, a todos deve ser exigido um maior esforço, um maior empenho e melhores resultados, o Governo dá um péssimo sinal à sociedade portuguesa e, particularmente, à comunidade educativa.

Contraditoriamente, o Governo dá sinais de querer conferir um “bónus à preguiça”, quando objectivamente, mais não está do que a prejudicar o futuro dos portugueses.

Permitam-me mesmo que conclua que é o regresso de um certo PS, no seu apogeu!

Vendem-se facilidades, em busca de apoios efémeros!

Mas, a consequência deste sinal é grave. Este é um gesto de imposição às novas gerações portuguesas de uma cultura de facilitismo, avessa ao rigor, à exigência, à excelência e a qualquer ideia de avaliação ou monitorização.

Não podemos deixar de manifestar, sem qualquer hesitação, que este não é o nosso caminho!

Isto porque, senhoras e senhores Deputados, não será certamente original se afirmarmos que aos problemas do País, que os portugueses sentem no seu dia-a-dia, – como o desemprego e a crise económica em geral – deveremos somar uma crise de valores e de referências norteadoras da nossa vida comunitária.

E aí devemos saber apontar o dedo à responsabilidade política daqueles que assumem decisões que iludem os portugueses, hipotecando o seu (o nosso) futuro.

Vimos no passado, que no PS há quem seja, por princípio, avesso a exames. Quem não goste de avaliações, ou qualquer outro meio de aferição que implique esforço. Tal, aliás, ficou bem claro nas discussões que nos últimos anos aqui fomos tendo, a propósito dos exames do 9º ano.

Há quem, no PS, prefira o “nacional-porreirismo”, o “dolce fare niente”, não percebendo que está, dessa forma, a contribuir decisivamente para o atraso do País e para a perda de competitividade da nossa sociedade.



Do ponto de vista do PSD, não é decididamente assim, que vamos ultrapassar as debilidades do nosso sistema de ensino.

Contudo, apesar de reconhecermos que para alguns, dentro do PS, a lei fundamental é, tantas vezes, a Lei do Menor Esforço, não podemos deixar de considerar absolutamente surpreendente esta medida que o Governo agora decidiu “tirar da cartola”.

Diga-se a este propósito que o fez sem ouvir qualquer parceiro, sem comunicar ao Parlamento e sem aguardar, sequer, pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação.

Esta postura autista começa, infelizmente, também a ser uma marca indistigável.

(...)
Há, colateralmente, um outro dado particularmente grave e preocupante, nesta medida ontem apresentada.

Em paralelo com a, já por si muito errada, decisão de reduzir o número de exames nacionais no ensino secundário, o Governo afirma que considera dispensável a realização do exame a Português, no final deste ciclo de ensino.

Ou seja, o Governo prepara-se para retirar o carácter obrigatório do exame a esta disciplina no final do 12º ano.

E aqui,

(...)

Não preciso, certamente, de gastar muitas palavras para defender o carácter absolutamente insubstituível da nossa Língua. E do seu papel decisivo na defesa e na promoção da nossa Cultura, da nossa Soberania, no fundo, da nossa Identidade.

E, certamente, de igual modo, não

precisarei de perder muito tempo a recordar-vos os fracos resultados que os nossos jovens estudantes têm almejado no domínio da Língua Portuguesa.

Não é pois aceitável – nem sequer compreensível – que, no mesmo momento em que o Governo pede às escolas – e bem, na nossa opinião – que intensifiquem o ensino da língua inglesa, queira por outro lado subvalorizar, prejudicar a aprendizagem da nossa Língua, património singular da nossa História e da nossa Cultura.

De resto, todos percebemos, sem dificuldade, o carácter transversal que exige o domínio da língua portuguesa. Não é um ramo, uma área, um sector de aprendizagem.

Em suma, o PSD manifesta a sua frontal oposição a esta decisão do Governo.

Repito: vai no caminho precisamente oposto àquele que é exigido pelos desafios que teremos pela frente.

É a busca de simpatias pela introdução de facilidades.

De resto, perante estas opções do Governo, torna-se legítima a interrogação sobre o que se seguirá:

Vai, em coerência, acabar o exame de Português no 9º ano?
E o de Matemática?

E a nota mínima de acesso ao ensino superior? Vai também ser revogada?

(...)

Está em causa o futuro do País.

É bom que o Parlamento saiba assumir a sua responsabilidade de evitar que este erro evidente tenha concretização.

(...)



O dia-a-dia de Aníbal Cavaco Silva



Veiga de Oliveira, um prestigiado comunista subscreve a Candidatura de Cavaco Silva

(Conclui na pag.16)

Aníbal Cavaco Silva recebeu, na Sede Nacional da Candidatura, em Lisboa, o apoio do Engenheiro Álvaro Veiga de Oliveira.

Veiga de Oliveira, ex-deputado do PCP e um dos mais antigos dos “Notáveis” comunistas, conotados com os reformadores e afastado dos órgãos directivos daquele Partido, subscreveu a Candidatura de Cavaco Silva à Presidência da República, e depois de uma demorada conversa com o candidato, explicou aos jornalistas as razões da sua opção.

“A situação actual do País é muito delicada e há muitas pessoas que não se deram conta disso. A eleição do Presidente da República pode significar uma ajuda para que o País tome outro rumo”, disse Veiga de Oliveira.

O Professor Cavaco Silva é dos candidatos que apareceram, “quanto a mim o único” que tem essa consciência e “que mostra ter a capacidade e a experiência necessária para poder indicar o norte, para poder ajudar o País a sair da situação de crise em que se encontra”, afirmou.

Veiga de Oliveira revelou que, sendo um homem de esquerda, se sentiu bem. “Só estou bem comigo próprio quando exprimo com a cara única, em casa, aqui, em qualquer lado, aquilo que penso. E quando exprimo aquilo que penso, estou bem comigo próprio”.

“O que penso, às vezes agrada as pessoas, às vezes não agrada; às vezes agrada à esquerda, outras vezes à direita; mas a mim, agrada-me é ser eu mesmo”, acrescentou.

Veiga de Oliveira foi Ministro dos Transportes e Comunicações no IV Governo Provisório chefiado pelo General Vasco Gonçalves e Ministro do Equipamento Social e Obras Públicas do VI Governo Provisório presidido pelo Almirante Pinheiro de Azevedo.

Foi deputado à Assembleia da República e vice-presidente do grupo parlamentar do PCP entre 1976 e 1984.

Nos Açores, Cavaco Silva defende as autonomias regionais

«Acredito que é possível inverter a situação difícil em que o País se encontra» e «Defendo um diálogo leal e franco» entre os Órgãos de Governo dos Açores e da República, foram afirmações muito aplaudidas de Cavaco Silva, no final do primeiro dia da visita ao arquipélago dos Açores, durante um jantar com apoiantes da sua candidatura, em Ponta Delgada.

As autonomias regionais são um dos sucessos da democracia. A autonomia, segundo Cavaco Silva, é “um bem precioso” e deve ser tratada com cuidado.

Além desta preocupação com o papel e o valor da autonomia, Cavaco Silva lembrou aos participantes no jantar de apoio à sua candidatura, que Portugal

vive a “mais complexa e difícil situação dos últimos 25 anos”.

Uma das grandes dificuldades deste “tempo diferente” prende-se com o “afastamento das qualificações dos portugueses” relativamente aos outros países. E aqui, o ensino secundário é “o patamar mínimo para o sucesso dos jovens”.

Por isso, o próximo Presidente da República, segundo Cavaco Silva, deve ser um verdadeiro agente empenhado em recolocar o País no caminho do desenvolvimento.

“Candidato-me porque conheço bem a realidade portuguesa e as mudanças que ocorreram no mundo”, afirmou Cavaco Silva, sublinhado que acredita “que é possível inverter a situação difícil em que o País se encontra”.

Em viagem a França, o Candidato contacta comunidade portuguesa a reafirma o seu desejo de contribuição para restaurar a imagem Portugal no estrangeiro

Numa breve viagem a França, Aníbal Cavaco Silva defendeu, na semana passada, em Paris, a necessidade de restaurar a imagem de Portugal no estrangeiro, tarefa para a qual deseja contribuir com a experiência adquirida no passado.

Numa entrevista à Rádio Alfa, emissora portuguesa na região parisiense, Cavaco Silva prometeu “dedicar tempo à questão da imagem de Portugal no estrangeiro”, caso seja eleito no próximo dia 22 de Janeiro.

O Candidato acredita ter o perfil certo para ajudar Portugal neste campo, valendo-se da sua experiência à frente do governo, entre 1985 e 1995, quando se encontrou com os dirigentes internacionais da época.

“Fui recebido cinco vezes na Casa Branca por três presidentes (Ronald Reagan, George Bush e Bill Clinton) e fui o único que se encontrou com o





então presidente chinês, Deng Xiaoping, na China”, recordou.

Considera igualmente ser “o candidato na melhor posição” para desenvolver relações com os países africanos de língua portuguesa (PALOP), frisando o papel que teve no “desbloqueio” das negociações para a paz em Angola em 1991.

Ainda sobre a diplomacia, Cavaco Silva afirmou que “a União Europeia (UE) é o eixo fundamental da nossa política externa”, mas defendeu as “relações transatlânticas” com o “importante parceiro” que são os EUA.

“Espero que Portugal nunca tenha de escolher” entre a Europa e os EUA, disse, excluindo, no entanto, uma “subserviência” a Washington.

Como exemplo de resistência à Casa Branca, revelou que contrariou por duas vezes os EUA, quando não autorizou o transbordo de armas para Israel e quando quis renegociar o acordo sobre a Base das Lajes, nos Açores.

“Portugal não ganha nada com as tensões fortes entre os Estados Unidos e a Europa”, frisou, e prometeu ser “uma voz que defende o estreitamento de relações entre os dois lados do Atlântico”.

Sobre as actuais negociações sobre o orçamento europeu, Cavaco Silva disse ver “com grande insatisfação” a proposta do governo britânico, que ocupa actualmente a presidência da UE.

Criticou também o chamado “cheque britânico”, modalidade que permite ao Reino Unido reaver parte das suas contribuições financeiras para a UE e que considera não fazer sentido actualmente.

Londres já anunciou que irá apresentar uma nova proposta e Cavaco Silva mostrou confiança no governo de José Sócrates para defender os interesses de Portugal.

O apoio institucional – e Constitucional - ao governo socialista foi manifestado noutra altura da entrevista, quando evocou o bom funcionamento do consulado de São Paulo, que visitou recentemente.

“Tudo o que este governo faça de bem tem o meu apoio”, garantiu, mencionando o encurtamento das filas de espera e o uso da Internet para combater o “problema de organização” que antes existia.

Cavaco Silva reiterou o desejo de dar especial atenção aos portugueses residentes no estrangeiro, para os quais prometeu criar uma “assessoria política” especial, junto da Presidência; e efectuar uma visita “pelo menos uma vez por ano, só para falar com as comunidades” no estrangeiro.

O candidato a Belém declarou que “tem sido gratificante” ver tantas pessoas a apoiá-lo e revelou ter recebido encorajamento de portugueses que votaram antes no Bloco de Esquerda, no Partido Comunista ou no Partido Socialista.

Rejeitou ainda “entrar na chicana política” de maldizer os seus adversários, mas disse compreender porque é alvo de ataque dos outros candidatos.

“Todos eles atacam o Cavaco porque há falta de argumentos melhores”, observou.

Contestou ainda a ideia de que o resultado das eleições será decidido a 20 de Dezembro, no debate televisivo que em que irá ter pela frente Mário Soares. “Não acredito”, disse.

“Eu não discrimino os outros candidatos”, acrescentou.

No fim da entrevista, Cavaco Silva recebeu do proprietário da rádio, Armando Lopes, uma camisola do “Crêtil Lusitanos”, equipa de futebol da segunda divisão, dirigida pelo empresário português, com um número “simbólico”, o 22, dia das eleições em Janeiro.

Jantar de apoio com apoiantes da zona de Paris

Na visita de Cavaco Silva a Paris, salientou-se a sua presença num jantar com muitos dos seus apoiantes, num hotel da capital francesa.

Falando ao presentes, num jantar que agrupou mais de 500 apoiantes da região de Paris, prometeu fazer tudo ao seu alcance “para que Portugal encontre o caminho do desenvolvimento” e volte a ser um “país de sucesso”.

Atraso no desenvolvimento – ultrapassado pela Grécia – aumento do desemprego, justiça “numa fase de pouco prestígio”, crise nas finanças públicas, jovens qualificados com dificuldade em encontrar emprego, este é o cenário que Cavaco Silva traçou do Portugal actual.

O candidato quer contrariar este estado das coisas e fazer com que os portugueses, emigrantes e os seus filhos “voltem a ter orgulho em Portugal como país de sucesso”, tendo essa sido uma das “forçantes” da sua candidatura a Belém.

“Não sou um homem de honrarias, nem é uma missão pessoal, é uma questão de consciência”, frisou. “Não ficaria bem comigo próprio se não arregaçasse as mangas”, acrescentou, convencido de que “é possível inverter esta situação”.

“Candidato a pensar nas novas gerações”, Cavaco Silva diz querer “ajudar Portugal a construir um futuro melhor”, pois “Não gostaria que a minha geração transmitisse um testemunho demasiadamente atrasado”, afirmou.

O facto de ter os apoios dados “livremente” pelo PSD e pelo CDS/PP e de receber estímulos “de todos os quadrantes ideológicos” dá-lhe uma legitimidade acrescida, sustentou Cavaco Silva.

“Sou o candidato que está em melhores condições para mobilizar mais facilmente as energias nacionais”, defendeu, exortando a deixar “de lado divisões estereis”, oferecendo-se para cooperar com o Governo, Parlamento e todos os Partidos políticos, para o bem final de Portugal.



“O Presidente da República deve ser um agente de desenvolvimento”, argumentou, pondo em relevo a sua imagem de “seriedade e rigor” e de “intransigência com a corrupção e o laxismo” para “dar uma dose de confiança acrescida” aos investidores.

No seu entender, o restabelecimento da confiança permitirá captar “mais investimento” e impedir que “os capitais fujam para o estrangeiro”.

Para levar a cabo esta tarefa, Cavaco Silva pediu a ajuda dos portugueses que vivem no estrangeiro, para afirmar a imagem de Portugal e fortalecer as relações com os países de acolhimento.

“Não é possível haver diplomacia económica e cultural e a defesa da língua portuguesa sem a colaboração das comunidades portuguesas no estrangeiro”, venceu.

Cavaco Silva atestou o seu apego às comunidades emigrantes, lembrando que foi durante a sua governação que foi criada a RTP Internacional e alargado o direito de voto aos emigrantes para as eleições presidenciais.

O único candidato que defendeu o voto dos emigrantes na eleição do PR

“Sou o único candidato que efectivamente defendeu que os portugueses residentes no estrangeiro pudessem escolher o Presidente da República”, disse. E fazendo uma pausa na regra que se impôs, de não comentar os adversários, lembrou que os restantes candidatos, “todos eles”, foram “opositores fortes a este direito”.

“Não pode haver hipocrisias”, sublinhou e por isso, pediu aos portugueses, que agora têm este direito, que o exerçam.

“Não devem perder a oportunidade de fazer ouvir a vossa voz”, disse.

Sensível a este apelo, Paulo Rapaz, estudando luso-descendente de 26 anos, garante que Cavaco Silva é a sua escolha para o Palácio de Belém.

“É hoje a pessoa mais adequada”, afirmou, em declarações à Agência Lusa durante o evento.

Apesar de residir em França e ser ainda jovem, Paulo Rapaz diz que conhece a história do ex-Primeiro-Ministro porque estuda o sistema político português, em especial os poderes do chefe de Estado.

“É uma pessoa dinâmica, séria e com visão política”, descreve.

Elemento de outra geração, Jaime Ribeiro, de 81 anos e fundador da secção do PSD em França, crê que Cavaco Silva “é o único capaz de salvar Portugal neste momento”.

Na sua opinião, enquanto Presidente da República, Cavaco pode “orientar um Primeiro-Ministro mal acompanhado”.

Depois de uma deslocação ao Brasil, a visita a França foi a última acção de campanha de Cavaco Silva no estrangeiro, disse à “Lusa” o deputado social-democrata José Cesário, um dos organizadores desta iniciativa.

“Vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance para que Portugal encontre o caminho do desenvolvimento”, afirmou Aníbal Cavaco Silva durante um jantar em Paris, com apoiantes da sua candidatura e da Comissão de Honra.

No último dia da sua permanência em França, Cavaco Silva dedicou-se a encontros com os membros de França da sua Comissão de Honra e a um grande encontro com a Comunidade de Portugueses residentes em Paris.

A todos, Cavaco Silva deixou uma mensagem de esperança e de empenho, prometendo, se for eleito Presidente da República, contribuir para que os portugueses, emigrantes e os seus filhos “voltem a ter orgulho em Portugal como País de sucesso”.

(continua na página 16)



Notícias dos Açores

Intervenção altamente crítica de António Marinho sobre o Orçamento dos socialistas, aprovado para 2006, na Região

Na Assembleia regional dos Açores, no mês passado, quando da discussão e debate do Plano e Orçamento para 2006, o Deputado regional do PSD, António Marinho, teve uma intervenção altamente crítica, que merece ser lida e pensada na íntegra, mas que, por razões de espaço, não podemos reproduzir na totalidade. Aqui ficam alguns excertos:

Há pouco mais de meio ano, debatemos aqui o Orçamento da Região Autónoma dos Açores e o Plano Regional Anual para 2005.

Há pouco mais de meio ano, levantámos um conjunto de dúvidas e lançámos críticas em relação a esses documentos, devidamente fundamentadas e assentes numa análise séria que previamente tínhamos efectuado.

Há pouco mais de meio ano, recebemos como resposta a euforia, a arrogância, a intolerância e a falta de vontade para introduzir alterações que pudessem melhorar os documentos em discussão, embora tivéssemos disponibilizado o nosso voto favorável a alterações propostas pelo partido que suporta o Governo, porque julgámos que era esse o melhor contributo que poderia ser dado para o desenvolvimento dos Açores.

Dessa forma, há pouco mais de meio ano, foram votados documentos que servem os interesses do Partido Socialista, mas que não traduzem a vontade expressa de todos os açorianos, quando decidiram repartir os seus votos pelas forças políticas aqui representadas.

Aliás, somos acusados de fazer crítica permanente à actuação do Governo Regional.

Obviamente. É isso que essencialmente nos cabe enquanto deputados eleitos por um partido que o povo pretendeu que estivesse na oposição e se afirmasse, permanentemente, como alternativa. É isso que esperam aqueles que em nós votaram, aqueles que pretendem que exerçamos um papel vigilante, mas que sabem que, por esse motivo, não deixamos de dar o nosso acordo a iniciativas do Governo quando as mesmas são positivas para a Região.

Como democratas, aceitámos o veredicto. Mas o elogio do Governo não integra o nosso papel. Para o fazer, existem nesta Assembleia deputados em número suficiente. A unanimidade nem sempre produz boas decisões.

Pouco mais de meio ano passado, confrontamo-nos com novas propostas de Orçamento da Região e de Plano Regional Anual, agora dirigidas para o ano de 2006.

Confessamos que, na nossa primeira abordagem aos documentos, numa fase em que ainda o fizemos de uma forma relativamente superficial, julgámos que nos iríamos confrontar com a falta de entusiasmo e com alguma dificuldade de inovação no verbo. Os documentos, repetitivos nas estratégias, nas fantasias, nas ilusões ou nos jogos de escondesconde, mostravam-se pouco propícios à introdução de elementos novos na sua apreciação e, consequentemente, no discurso.

/.../ O aprofundamento da análise mostrou-nos, contudo, que afinal havia novidades. E se uma ou outra podia evidenciar o “descer à terra” de algumas fantasias criadas no passado recente, eram mais significativas e em muito maior número as que acentuavam o crescente

refinamento dos “truques” que invadiram os instrumentos de maior importância para a economia regional e o desajustamento entre as conclusões e os números, devido à permanente ânsia de adjectivar e classificar como “óptimo” o que nem sequer chega a ser “razoável”. Uma prática que, aliás, não constitui surpresa, bastando para tal estar atento aos comunicados oficiais do Governo Regional, ou até, o que é mais grave, aos documentos saídos dos diversos departamentos oficiais que acompanham a divulgação de dados estatísticos, onde se detectam contrastes gritantes entre os números e os textos de apreciação que os acompanham.

A questão da auto-suficiência da Região na cobertura das despesas de funcionamento

/.../ O lado da despesa desloca

novamente a nossa atenção para a questão da auto-suficiência da Região na cobertura das despesas de funcionamento.

Quanto à despesa corrente, ficam as dúvidas, que gostaríamos de ver esclarecidas para além da menção feita no Relatório, em relação à suficiência do aumento de 2.8% nas despesas com pessoal. Desconhecendo os acréscimos salariais que podem advir das negociações com os sindicatos da administração pública, parece-nos, contudo, que a conjugação da percentagem que daí pode resultar, com os automatismos que o Governo da República ainda deixou de pé nas medidas que implementou para a função pública, se possa revelar superior ao



um elemento considerado. De qualquer forma, como dissemos, deixamos o benefício da dúvida em relação a esta matéria, esperando que da parte do Governo Regional exista, pelo menos para esta questão, disponibilidade e vontade para nos prestar os esclarecimentos mais aprofundados que a proposta não contém.

/.../ Fica a nossa apreensão no que toca ao aumento das transferências feitas a partir do Orçamento regional. Em primeiro lugar, devido ao aumento que conhecemos, 3.6%, superior em um ponto percentual ao que se encontra estimado para a evolução da despesa corrente. Em segundo lugar, pelo facto de ser ainda maior o acréscimo das verbas destinadas ao sempre polémico Serviço Regional de Saúde, que são reforçadas em 4%, quando a palavra de ordem para esse sector deveria residir em ganhos de eficiência, dos quais resultasse uma maior racionalidade da despesa, ao invés da simples e normalmente inconsequente injeção de um maior volume de meios financeiros.

Antes de passarmos a uma abordagem genérica do Plano, podemos desde já concluir que nos encontramos perante um Orçamento que aposta na continuidade. Não se

pretendem mudar as más práticas ou os maus hábitos. A coragem de mudar poderia revelar-se desastrosa para a satisfação de diversos interesses clientelares.

Nove anos... já contam para a história. Já está enraizada uma determinada forma de governar. Não existe preocupação em obter ganhos de racionalidade. Com acertos ou ganhos inesperados de receita, se tal for possível, ou “empurrando” despesa para instrumentos criados sem outro critério que não seja o de aí depositar as responsabilidades que inevitavelmente surgirão no futuro, tudo se vai conseguindo levar ao porto pretendido. Alguém há-de arcar com as consequências.

Se dúvidas houvessem, bastaria olhar para o facilitismo dos governos socialistas da República. Os do passado, como ficou bem patente e que ainda hoje nos penalizam, ou mesmo o actual que, após uma “entrada de leão”, se tem revelado progressivamente mais domesticado, optando em 2006, mais uma vez, por resolver o essencial do problema orçamental português através do aumento da receita, designadamente pela via fiscal, quando o “mal” está do lado da despesa.

Como alguém muito amigo deste Governo Regional diria: “É a vida!”.

/.../ Falemos no investimento público. Olhemos para o Plano Regional Anual. Como é hábito, o Governo Regional acha que é “o maior de sempre”.

Permitam-me um aparte, eventualmente não regimental, tendo em conta que sou eu quem está na tribuna: Até quando ouviremos esta ladainha?

/.../ Acreditamos, contudo, que os “calotes” do ano de 2004, criados para suportar as eleições regionais desse ano, que eram notórios no Plano de 2005, como aliás tivemos oportunidade de chamar a atenção, bem como a “azáfama” financeira que deve ter rodeado as últimas Autárquias, possam criar uma taxa de execução financeira elevada, embora, como é óbvio, eivada de artificialismo. Se assim acontecer, a execução do Plano de 2006 ficar-se-á por um valor substancialmente mais baixo do que o que pode ser obtido em 2005, o que implica que o tal epíteto de “maior de sempre” seja mais uma vez, um “spot” destinado a propaganda.

Uma terceira dúvida, ou melhor,

uma certeza, tem a ver com a questão das despesas de funcionamento incluídas num instrumento que deve espelhar apenas investimento público, que já anteriormente mencionámos. Sendo substancialmente mais expressivas em 2006, em alguns casos roçando o inimaginável na classificação da despesa, levam a que o “maior de sempre” seja, afinal, uma tremenda falsidade.

.../ Tudo o resto, são meras manobras para tapar olhos a incautos. A verdade é que o investimento público desce. .../ a dívida pública indirecta não se encontra ausente em parte incerta. .../ O capítulo V do Relatório do Orçamento intitula-se “Dívida Pública Regional”. O ponto A desse capítulo tem o título “Dívida Pública Directa”. O ponto B é o tal que é apenas intitulado de “Avaes”. Onde está então a dívida pública indirecta?

Como por vezes acontece a alguns, o gato está escondido mas tem o rabo de fora. Esquecendo os disparates, o ano de 2004 terminou com uma dívida pública total de 555 milhões de euros, dos quais 275 milhões de euros eram dívida directa e 280 milhões de euros eram dívida indirecta, um valor que já era substancialmente superior ao dos anos anteriores. O ano de 2005 deverá

terminar, de acordo com o Relatório do Orçamento, numa dívida pública total de 674 milhões de euros, um agravamento de 21.6% decorrente apenas do aumento da dívida indirecta para 399 milhões de euros. Para 2006, o Orçamento solicita autorização para aumentar o “plafond” de avales em 110 milhões de euros, levando a que a dívida pública potencial no final desse ano atinja 784 milhões de euros, agravando a dívida total em 16.3%.

As sociedades anónimas constituídas para diversos sectores apresentam-se como as principais responsáveis por esta evolução descontrolada da dívida pública. A Saudaçor é a principal utilizadora, o que mais motivos de apreensão nos suscitam, devido à galopante dívida que sempre tem caracterizado a evolução do sector da saúde.

«A Região penalizada pelo vício do Governo»

O futuro apresenta-se ainda mais preocupante devido à saga de criação de SA's em que o Governo Regional se envolveu, preocupação que, aliás, é extensiva a colaboradores recentes do Governo Regional. Há inclusivamente algumas novas que se

vislumbram já no horizonte. A imagem adequada à situação é a de que o Governo contraiu um vício e que nada faz para dele se libertar. Antes pelo contrário, cada vez se envolve mais e está de “orelhas moucas” para quem lhe dá conselhos. O que é mais angustiante é saber que não é o futuro do Governo que está em jogo, o que sinceramente não nos afecta. O que nos preocupa é que, neste caso, é a Região que fica penalizada pelo vício do Governo.

Aliás, a cada vez mais pobre informação sobre o Sector Público Empresarial Regional contida no Relatório do Orçamento, quando comparada com anos anteriores, indicia também que o Governo Regional não está interessado em nos dar uma visão clara que nos habilite a uma decisão consciente sobre o instrumento orçamental. A nós, ou a qualquer outra bancaída, já que seria com elementos mais precisos sobre a evolução desse sector que poderíamos encontrar o complemento de informação que poderia contrariar muitas afirmações gratuitas contidas nos documentos.

.../ Pouco mais de seis meses depois, temos novamente pela frente documentos dúbios. Curiosamente, a arrumação desta intervenção conduziu-nos a uma charada.

Começámos pela letra F, com referências à cobertura do “Funcionamento” da Administração Regional, seguimos para a letra A, identificando alguns “Artifícios”, abordámos a letra L, com os efeitos da “Lei de Finanças das Regiões Autónomas”, voltámos à letra A, com considerandos sobre a “Autosuficiência” orçamental, usámos a letra C, apelidando os documentos como de “Continuidade”, depois fomos para a letra I, quando analisámos o suposto crescimento do “Investimento” público e, finalmente, constatámos o endividamento crescente da Região, novamente através da letra A, quando olhámos para o aumento desusado dos “Avaes”.

A junção das letras, ironicamente, origina a palavra FALÁCIA. Por acaso, ou talvez não.

Será que iremos obter respostas esclarecedoras do Governo Regional sobre as matérias que nos preocupam, ou será que a ironia de arrumação deste texto coincide com o valor dos documentos que nos são presentes?

PSD/ALRA

Um voto de congratulação pelas autárquicas em Quebec e Massachusetts

À ALRA, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, apresentou, a propósito das eleições autárquicas em Quebec (Canadá) e Massachusetts (EE.UU. A.) e da eleição de influentes membros da comunidade açoriana naquelas províncias, o seguinte “Voto de Congratulação:

Na primeira semana do mês passado, realizaram-se eleições autárquicas tanto na Província de Quebec no Canadá, como no Estado de Massachusetts, nos Estados Unidos, zonas onde há muito estão radicados inúmeros açorianos e seus descendentes.

Registamos com agrado a reeleição de Luís Miranda para o cargo de Presidente da Câmara da Ville d’Anjou, o que constitui para a comunidade portuguesa radicada no Quebec uma subida honra que vem demonstrar a capacidade, o espírito empreendedor e a influência dos Açorianos no continente norte-americano. O Presidente Luís Miranda é mais um prestigiado cidadão canadiano, natural do Concelho da Ribeira Grande, cujas ligações à sua terra de origem nunca deixou de fortalecer.

Por outro lado, pela primeira vez, é eleita uma mulher portuguesa para o Conselho Municipal de New Bedford, o que constitui por si só um feito histórico e o reconhecimento da crescente importância política e social da nossa comunidade ali residente.

Trata-se da Conselheira Municipal Débora Coelho, natural da Lomba de S. Pedro, Concelho da Ribeira Grande, que conseguiu um surpreendente terceiro lugar, entre os dez candidatos. Foram ainda reeleitos David Alves, Jane Gonçalves, Denis Lawrence, Leo Pimentel e José Medeiros

Em Fall River, Joseph Câmara e Alfredo Alves, dois prestigiados açorianos voltaram a ser reeleitos para o Conselho Municipal da cidade irmã dos Municípios de S. Miguel.

Por último, em Taunton, o Mayor Robert Nunes foi reeleito para mais um mandato à frente dos destinos da Câmara daquela cidade americana.

A influência e consideração da nossa diáspora saem assim reforçadas nestas eleições, o que demonstra o prestígio e o respeito que as nossas comunidades detêm nos países de acolhimento.



Perfil nocturno de uma grande cidade: Boston, capital do Estado de Massachusetts, onde os açorianos têm uma notável representatividade económica e autárquica

Assim nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe um voto de congratulação pelos resultados eleitorais positivos em que muitos açorianos foram escolhidos para gerir os destinos das comunidades em que estão inseridos.

Gab. Imprensa PSD/Açores



Um milhão de luzes ilumina o Natal de Sintra



As iluminações de Natal estão a encher de luz o Centro Histórico e a Vila de Sintra. A 18 de Novembro, o presidente da Câmara, Fernando Seara, accionou o interruptor que acendeu 1 milhão de luzes, que vão embelezar os locais públicos, até 7 de Janeiro.

A abertura oficial das iluminações de Natal, tendo como temática a “lua”, decorreu no Largo do Palácio da Vila, onde está colocada uma enorme árvore de Natal, com 15 metros de altura, 6 metros de

diâmetro, 4 toneladas, mais de 5 mil lâmpadas e flores de Natal.

Ao todo foram iluminadas 338 árvores, 16 fachadas, 30 arcos e colocadas cerca de 200 laterais iluminadas com motivos natalícios.

De destacar, ainda, a utilização da tecnologia mais avançada em termos de iluminação, com a colocação de lâmpadas “led” (light emitting diodes), com um baixíssimo consumo, com uma durabilidade superior e com um intensidade de luz também muito superior.

A Câmara Municipal de Sintra decidiu, à semelhança do ano passado, apostar numa iluminação de Natal bastante apelativa, contudo a área abrangida com as iluminações de Natal é, este ano, bastante maior.

Desta forma, as freguesias de Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim vão estar iluminadas. Na véspera de Natal e Ano Novo, bem como nos referidos feriados, as iluminações manter-se-ão ligadas toda a noite.

Sintra cultural (1):

“A Partilha”, no «Olga Cadaval»

O Centro Cultural Olga Cadaval recebeu no último dia de Novembro, uma representação da peça “A Partilha”, com Teresa Guilherme, Cristina Cavalinhos, Rita Salema e Patrícia Tavares.

Reunidas durante o enterro da mãe, quatro irmãs – Selma (Teresa Guilherme), Regina (Cristina Cavalinhos), Maria Lúcia (Rita Salema) e Laura (Patrícia Tavares) reencontram-se após muito tempo de afastamento para fazer um levantamento dos bens da família e discutir as suas vidas.

Através da partilha dos bens, estas irmãs confrontam as suas opções, destinos, estilos de vida e expectativas. As divergências são inevitáveis, pois

seguiram caminhos muito diferentes. Além de fazerem um balanço do passado, marcado por revelações e intimidades, as quatro irmãs são obrigadas também a enfrentar novas exigências do quotidiano.

Enquanto aguardam a divisão dos bens, estas mulheres viverão intensamente afinidades, problemas e diferenças. A turbulenta venda do apartamento representará uma reviravolta nas suas vidas: elas sabem que nunca foram tão cúmplices – e tão irmãs.

Um sucesso, recompensado por uma plateia praticamente esgotada e entusiásticos aplausos no fim.

Sintra Cultural (2):

«Luzes, Câmara, Acção!»

Mais de 2000 alunos de oito escolas secundárias do concelho vão aprender a fazer Televisão durante este ano lectivo. Os ateliers do projecto “Vamos Fazer Televisão” já decorreram na Escola Secundária Leal da Câmara, terminando no passado dia 25.

O projecto vai dotar os jovens, com instrumentos de reflexão crítica e um olhar mais consciente em relação ao que é transmitido ao público.

Dividindo-se em dois ateliers distintos, “Vamos Fazer um Telejornal” e “Vamos Fazer um Filme”, o programa instala nas escolas um estúdio de Televisão no qual se dinamizam sessões com uma forte componente prática e atractiva, promovendo uma “visita de estudo” sem sair da escola.

Os alunos recebem informação sobre as técnicas e linguagem audiovisual, aplicando os conhecimentos adquiridos na realização de um telejornal e de um filme. Os jovens são os efectivos operacionais da produção e realização, os apresentadores, os operadores de câmara e de som, os editores, os jornalistas, os iluminadores e realizadores, o que implica a participação da escola em todo o processo.

Sintra Cultural (3):

Obras da «Colecção Berardo» expostas no Museu de Arte Moderna

“Auto-Retratos”, de Miguel Navas, é o nome da exposição inaugurada no “Sintra Museu de Arte Moderna” – Colecção Berardo - a 26 de Novembro. Do lápis à esferográfica, da tinta de escrever ao óleo, em papel, cartão ou tela, Navas exerce com mestria qualquer das técnicas, na mais pura tradição do desenho e da pintura.

Miguel Navas inaugurou duas exposições no passado mês de Outubro (na Assírio e Alvim e na Casa Fernando Pessoa). Agora, em Sintra, a inauguração coincide com o lançamento de três livros, referentes a estas três exposições e contendo os três “corpos de trabalho” mais significativos da sua jovem carreira.

Estes “Auto-Retratos” são obras

sem papel e tela (2001-05), resultantes dum intenso processo criativo que o conduz a uma total imersão na observação do eu profundo, frequentemente, numa obsessão total, o que torna a sua obra uma das mais significativas atitudes auto-referenciais da criação artística em Portugal.

Os novos auto-retratos de Miguel Navas continuam a série apresentada em “Eu sou o meu mundo (o Microcosmos) after L. Wittgenstein” – apresentados em 2002, na Galeria Luís Serpa Projectos, em Lisboa –, mas constituem-se como um trabalho único (também inédito) e reforçam o tema da auto-representação que persegue até à exaustão, como método de catarse.

A exposição fica patente até ao fim de Fevereiro, foi organizada em

cooperação com a Galeria Luís Serpa Projectos, em Lisboa.

Também a 26 de Novembro, foi inaugurada uma outra exposição no mesmo local, intitulada “Fernando Lemos e o Surrealismo”.

São 117 fotografias de Lemos (1949-52), adquiridas recentemente pela Colecção Berardo e que vieram reunir-se ao mais valioso espólio de Arte Moderna existente em Portugal e pertencente a esse “mecenas”, que espera a eventual localização de toda a sua colecção em Lisboa, se chegarem a bom porto as negociações actualmente em curso.

Em “Fernando Lemos e o Surrealismo” propõem-se novas relações e sentidos, através do diálogo entre as fotografias de Lemos e obras de surrealistas internacionais e portugueses.

Fernando Lemos nasceu em Lisboa, em 1926, estudou na Escola de Artes Decorativas António Arroio e na Sociedade Nacional de Belas Artes. 1949 revelou-se uma data decisiva para Fernando Lemos: as exposições do “Grupo Surrealista de Lisboa” e de “Os Surrealistas” provocaram uma forte adesão a este



Fernando Lemos, «A Sensualidade que Avançou», 1949-52, impressão fotográfica sobre papel, 47x47cm, Colecção Berardo

movimento, tanto de um ponto de vista estético como ideológico. Nesse mesmo ano, começou a fotografar.

A exposição, estará no “Sintra Museu de Arte Moderna” até fim de Abril, e foi organizada em cooperação com a Fundação Cupertino de Miranda (Vila Nova de Famalicão).

Fonte e fotos, Gab. CM Sintra

Vereadores do PSD votam negativamente o Plano Municipal de Investimentos e Actividades e Orçamento para 2006

Numa declaração de votos, subsequente à discussão e votação do Plano Municipal de Investimentos e Actividades e Orçamento para 2006, os vereadores do PSD, Pedro Marques e José Moreno Vaz, assumem as razões do seu voto negativo deste documento.

Dizem aqueles sociais-democratas que «... estamos em presença do 1º documento prospectivo do novo executivo municipal. O capítulo dedicado à «Introdução» é uma síntese do programa eleitoral do PS, o que se aceita, tendo em consideração ter sido este o partido vencedor das eleições de Outubro. Não é o nosso programa mas é o que foi sufragado pela maioria dos eleitores votantes.

Contudo, entre esta mesma «Introdução» e os documentos concretos de contas previsionais, quer o Orçamento, quer o Plano Plurianual de Investimentos, não se nos afigura existir uma linha de continuidade visível, isto é, o PPI para 2006 (e mesmo para 2007) está muito aquém dos objectivos que foram traçados e sob os quais foram eleitos os actuais responsáveis autárquicos.

A situação financeira do Município, com os seus limites de endividamento esgotados (senão esmo ultrapassados?), ausência de quadro comunitário de apoio antes de 2007/2008, bem como a comprovada ausência de receitas próprias consolidadas, inviabilizam a prossecução dos objectivos que a maioria impôs a si própria e perante os quais se comprometeu junto dos munícipes.

Existem, pois, diversas situações que merecem a nossa reflexão:

- Nos últimos quatro anos, este é o primeiro Orçamento em que se verifica uma diminuição das receitas correntes, mesmo sem considerarmos a desvalorização proveniente da inflação, situação em que o decréscimo (o efeito de deflação permite a análise a preços constantes) das receitas correntes será ainda mais evidente.

- Estas passam, previsivelmente, de 20,0 milhões de euros para 18,7 milhões de euros.

- As receitas de capital estão previstas aumentar de 16,8 milhões de euros para 17,3 milhões de euros.

- Contudo, continuam a figurar nessas receitas algumas que apenas servem para equilibrar artificialmente o orçamento e que muito dificilmente se verificarão, atendendo a que tem sido sempre assim no passado – é o caso dos 3,0 milhões de euros provenientes da venda de terrenos, habitações e edifícios;

- Por exemplo, em 2004, estavam inscritos nestas receitas 3,75 milhões de euros e a realização efectiva foi de 0,11 milhões de euros, ou seja, de apenas 3%.

- Consta ainda o recurso a um passivo de curto prazo, no montante de 1.094.000 euros. Esta poderá não se revelar uma opção acertada, apesar de solucionar, no curto prazo, as dificuldades de tesouraria do Município. Contudo, é uma faculdade decorrente da lei e um poderoso auxílio em momentos de aflição de tesouraria.

- Outro aspecto prende-se com o limite legal de endividamento. Os encargos assumidos com juros e amortizações, indicados há um ano atrás, aquando da apresentação das «Opções do Plano 2005», incluíam a previsão de 1.569.431 euros de encargos com empréstimos abrangidos pelos limites de endividamento em 2006.

Limites de investimento, encargos e o fosso, cada vez mais acentuado, entre a cidade e as freguesias

- Ora, o montante previsto de investimento em 2005 era de 17.375.500 euros. Seria necessário uma execução de, no mínimo, 91% sobre esse montante, para que a realização efectiva do PPI em 2005 fosse de 15.811.705 euros, de onde, aplicando 10%, pudéssemos assumir como encargos em 2006, 1.581.170,5 euros, suficientes para cobrir os 1.569.431 assumidos.

- Os encargos previstos não anunciavam a subida das taxas de juros pelo BCE, as quais já se começam a registar e que deverão ser ainda mais pronunciadas no decurso de 2006, o que poderá vir a agravar o montante dos encargos a suportar pelo Município;

- O outro rácio possível – 1/8 do total dos Fundos (FBM+FGM+FCM) já foi, há muito, ultrapassado.

- Estão previstos Fundos Totais de 11.140.621 euros o que, aplicando o rácio de 1/8 como limite para encargos, traduz um montante de 1.392.578 euros – esse já não dá.

- Assim, tudo leva a crer que, se não tiver sido já em 2005, em 2006 os limites legais de endividamento irão ser, muito provavelmente, ultrapassados

– teremos de aguardar pela prestação de contas de 2004 para o sabermos.

- Acresce a todo este cenário que, só em obras directamente identificáveis (excluindo projectos como «Terrenos», «Habitação», «Instalações de serviços», «Reparação e conservação de pré-primárias», «Arruamentos – reparação e conservação», «Parques e jardins», «Sinalização e trânsito», «Instalações desportivas e recreativas» e «Projecto Mocho», entre outros, cuja repartição por freguesia não podemos fazer directamente) estão previstos aplicar na cidade 10.387.000 euros de investimento, ou seja, 67,4% do total dos investimentos previstos;

- Neste cenário, para o conjunto das 15 freguesias que não fazem parte da cidade, deverão sobrar, directamente, cerca de 20%-25% do total orçamentado, isto é, 3,0 a 3,8 milhões de euros; em moeda antiga, entre 600.000 contos e 770 mil contos. Na cidade ficarão, entre 2,3 e 2,5 milhões de contos.

- Esta realidade traduz o fosso que, cada vez mais, se acentua entre a cidade e as freguesias e é algo que contraria a visão que temos do concelho e que contraria, igualmente, o programa com que o PS foi eleito pelos munícipes.

- Apesar de algumas obras levadas a cabo na cidade poderem ser consideradas investimentos de todo o concelho (ou mesmo ambicionarem a ser supra-municipais), a verdade é que a sua execução inviabiliza a aplicação directa de investimento nas freguesias, o qual poderia ser catalizador da coesão social e urbana tanto apregoada.

Assim, somos de opinião que os executivos socialistas continuam a não conseguir materializar o sonho de fazer de Abrantes uma terra boa para viver, trabalhar e investir. A erosão demográfica, as estatísticas do desemprego e os valores de receitas próprias do Município assim o demonstram, infelizmente.

São dados objectivos, económicos e técnicos que o demonstram. Infelizmente.

O PS continua a não apostar na criação consolidada de riqueza, na fixação de mais empresas novas, no aumento do volume de emprego, realidades que, entre outras, poderiam estancar e até inverter a erosão demográfica do concelho.

Somos cada vez menos a pagar cada vez mais para uma autarquia cada vez mais exigente.

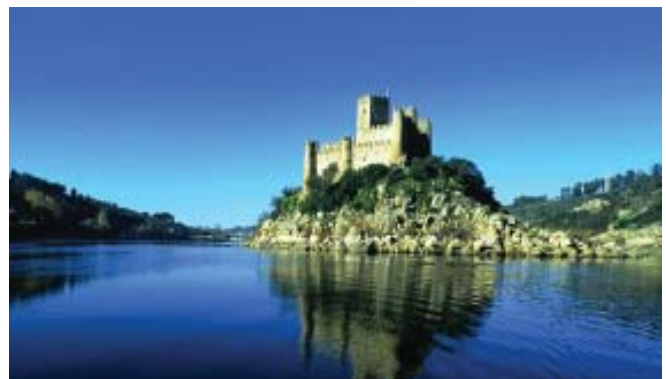
Em resultado da política de investimento consecutivo em despesa não reprodutiva, os sectores de bens transaccionáveis, com destaque para a indústria transformadora vivem tempos difíceis. Em virtude disso, há menos riqueza no concelho e a vida das pessoas é mais difícil.

O documento prospectivo que nos é apresentado é a consumação de um modelo que não defendemos, que não sustentamos e que, em nossa opinião, não é o mais adequado para o nosso concelho: não abre janelas de oportunidade para os cidadãos, onera financeiramente os orçamentos das famílias, das empresas e das instituições, conduz ao êxodo demográfico, retira-nos dimensão competitiva, não estimula o investimento, não cria empregos de modo sustentado e, por isso, não é aquilo que as pessoas deste concelho merecem.

Gostamos de Abrantes e queremos o melhor para o seu futuro, o futuro de todos nós.

Por tudo o que ficou atrás exposto, VOTAMOS CONTRA

PSD/Abrantes



O Tejo, perto de Abrantes



Vereadores do PSD na Câmara de Braga votam contra as Opções do Plano e o Orçamento municipais

Os vereadores da Câmara Municipal de Braga eleitos pelo Partido Social Democrata, na lista da Coligação Juntos por Braga, votam contra as Opções do Plano e Orçamento da Câmara para o ano de 2006 porquanto consideram que os mesmos consubstanciam um modelo de gestão municipal do qual discordam e ao qual se assumem como uma efectiva e cabal alternativa, que recolheu a confiança de mais de 35.000 Bracarenses, nas Eleições Autárquicas de Outubro último.

À cabeça, cumpre-nos lamentar a forma autista como estes documentos foram elaborados, prescindindo dos contributos dos Vereadores da Oposição e das sugestões que estes recolheram da população e das instituições Bracarenses, através da realização de mais um Plano Participado, bem assim como, ignorando as preocupações dos Autarcas das Freguesias e as legítimas aspirações das populações que estes representam.

Tal como nos foram apresentados, os documentos em apreço, verdadeiras peças-tipo do poder em exercício tal o grau de repetição de propostas e compromissos face aos Planos e Orçamentos de anos anteriores, enfermam das mesmas lacunas, erros e omissões que antes tivemos oportunidade de evidenciar, com a agravante de mais um ano ter decorrido sem a respectiva concretização.

A construção de uma cidade melhor, socialmente mais rica, mais próspera e mais desenvolvida, em que cada Bracarense possa ser mais feliz passaria por

premissas, metas e estratégias que não vemos reflectidas nestes documentos.

Este Plano e Orçamento não demonstram a vontade de fazer de Braga uma cidade verdadeiramente sustentável – através de uma Autarquia interventiva nas diversas esferas da acção social, arrojada no domínio da dinamização económica, atenta à preservação do meio ambiente e à promoção da qualidade de vida das populações.

Estes documentos revelam-se humildes no reforço do apoio social às camadas mais desfavorecidas da população, através de uma Rede Social eficaz que proporcione serviços alargados de apoio à infância, aos idosos e aos cidadãos com necessidades especiais e desenvolva respostas específicas para os grupos de risco.

Não se vislumbra uma iniciativa ou atitude que possa guindar Braga à liderança política, social e económica de um espaço supra-municipal com epicentro na actual Grande Área Metropolitana do Minho, mas que assuma um claro protagonismo no Norte de Portugal e na sua articulação com a Galiza.

.../ A maioria do Executivo Municipal mantém uma postura minimalista na regulação do urbanismo municipal, ao invés de rever os seus documentos estruturantes, elaborar uma carta de risco e apostar na qualificação e animação dos espaços urbanos, do Centro Histórico ao Vale de Lamações, passando por cada nova urbanização que venha a surgir.

A Juventude Bracarense merecia também ter uma Autarquia que acautelasse as suas aspirações

Braga é uma cidade jovem que precisa de ver preenchidas as suas ruas, contra a desertificação do Centro Histórico; de ver surgir novos espaços de fruição e lazer para os cidadãos: no Parque Norte, na Rodovia, no Parque da Ponte que queremos que seja um verdadeiro Parque da Cidade; de ver reforçados os níveis de prática desportiva, mediante a dotação de infra-estruturas de qualidade; de ver assegurada a segurança das pessoas e bens, mediante a intervenção fiscalizadora das forças da ordem e da Polícia Municipal; de ver concluído o esforço de qualificação e alargamento do Parque Escolar e da Rede de Creches e Jardins de Infância do Concelho.

A candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura em 2012, que apoiamos enfaticamente, requer a criação de bases de sustentação, do lado da oferta (dos agentes culturais) e do lado da procura (dos respectivos consumidores), de uma efectiva dinâmica cultural para o nosso Concelho, tão intensa quanto diversificada.

A Juventude Bracarense merecia também ter uma Autarquia que acautelasse as suas aspirações em matéria de emprego, de educação e formação, de habitação, de lazer e demais factores indutores de qualidade de vida, que em muito ultrapassam a visão recreativa do actual Executivo Municipal.

Compreendemos que a maioria socialista, que viu sufragado nas urnas o seu Programa de Acção para o Concelho, possa discordar da nossa visão para uma Braga mais próspera e desenvolvida.

Não percebemos, porém, que tal discordância se possa alargar a iniciativas cujo relevo e pertinência reúnem um amplo consenso na sociedade Bracarense e que constavam das sete prioridades publicamente enunciadas pelos Vereadores da Oposição.

A saber, estas Opções do Plano e Orçamento ignoram a recuperação do Mercado Municipal, o reforço dos Meios de Protecção Civil (técnicos e humanos) ao serviço dos Bombeiros Municipais, a criação de um Observatório Concelhio e de um Centro de Recursos Familiares, a sustentabilidade do financiamento da actividade do Teatro Circo e um efectivo alargamento das zonas verdes da cidade.

.../ No plano cultural, a ausência de uma única linha sobre o futuro Modelo de Gestão, Programação e Financiamento do Teatro Circo não resultará apenas do total alijar de responsabilidades do Ministério da Cultura, como ficou expresso na última visita da Senhora Ministra a este equipamento, mas estará também associada à visão minimalista e desenquadrada da Autarquia sobre este projecto.

Os Vereadores do PSD defendem que as Empresas Municipais devem ser geridas no cumprimento dos fins públicos que perseguem, mas acautelando o recurso às melhores e mais competentes práticas de gestão, tendo em vista a salvaguarda da sua solvabilidade financeira e a utilização racional de recursos da Autarquia.

Não percebemos, pois, que o mesmo volume de actividade possa requerer, de um ano para outro (2005 para 2006), um agravamento de 3.500.000 de Euros das Transferências de Verbas do Município para estas sociedades, matéria esta a que iremos prestar especial atenção na análise dos respectivos documentos previsionais.

.../ Este plano plurianual de investimentos enferma do erro de sempre – um enumerado de obras a realizar marcado pela total ausência de uma calendarização e sem a respectiva cabimentação orçamental – ao qual junta um outro típico da ressaca pós-eleitoral: o Orçamento de Investimentos para 2006 servirá para liquidar os compromissos assumidos pelo afa de inaugurações dos responsáveis municipais ao longo do ano que ora finda.

Quanto ao Orçamento Municipal, não se vislumbra o mínimo esforço de contenção das despesas correntes e continua-se a onerar os Municípios pela aplicação de taxas máximas dos impostos municipais e pelo agravamento das demais receitas da Autarquia.

.../ Por todos estes motivos, os vereadores do Partido Social-Democrata na Câmara Municipal de Braga não se revêem nestes documentos, pelo que votam contra as Opções do Plano e Orçamento da Câmara para o ano de 2006.

Assinam:

Ricardo Rio, Serafim Rebelo, Filomena Bordalo e Américo Afonso



MOSCAVIDE

Nos termos do artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Moscavide para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 21 de Dezembro de 2005 (quarta-feira), pelas 21h00, na nossa sede, sita na Rua Maria do Rosário Patação, nº 4 r/c Dto, em Moscavide, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política local e nacional.

NÚCLEO DE MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos

Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário do Núcleo de Matosinhos, para reunir no dia 28 de Janeiro de 2006, das 15h00 às 19h00, na sede do PSD de Matosinhos, sita à Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98 – Matosinhos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo do PSD de Matosinhos

Nota: As listas deverão ser entregues na sede do PSD de Matosinhos, sita à Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98 – Matosinhos, até às 24h00 do terceiro dias anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO LITORAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário do Núcleo Litoral do Porto, para reunir no próximo dia 24 de Janeiro de 2006, das 21h00 às 23h00, na Rua Corte Real, 25 na Foz Douro,

com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição para a Comissão Política do Núcleo Litoral do Porto.

NÚCLEO DE RIO MEÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo do PSD de Rio Meão, concelho de Santa Maria da Feira, para o dia 28 de Janeiro de 2006, a realizar na sede do PSD de Rio Meão, sita no Largo de S. António – (antigo Café Cortiço), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo.

Notas: A votação para a eleição dos referidos Órgãos, decorrerá entre as 15h00 e as 18h00 do dia 28 de Janeiro de 2006;

As listas de candidatura para os

órgãos a eleger, deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política, na sede do Núcleo, até às 24h00 do dia 25 de Janeiro de 2006.

As candidaturas em listas, as respectivas proposituras, bem como, as declarações de aceitação subscritas pelos candidatos e outros aspectos a considerar inerentes ao acto eleitoral, deverão respeitar os estatutos Nacionais e o Regulamento Eleitoral em vigor.

SECÇÃO A

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para reunir em sessão ordinária, a realizar no dia 22 de Dezembro de 2005, pelas 21h00, a ter lugar na sede da Secção (Rua República da Bolívia nº 28 – 1º dto), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Análise da situação política;



PÓVOA de VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Póvoa de Varzim, para um Plenário a realizar no próximo dia 22 de Dezembro de 2005, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PPD/PSD, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Análise da Situação Política.
- 2- Outros assuntos.

A Presidente da Mesa
(Isabel Vilar)

SANTA MARIA da FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Santa Maria da Feira, para reunir no dia 28 de Janeiro de 2006 (Sábado), pelas 15h00, na Sede que sita na Rua dos Descobrimentos, Freguesia de Santa Maria da Feira, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção de

Santa Maria da Feira.

Nota:

a) O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00.

b) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Concelhia do PSD de Santa Maria da Feira, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa
(Nuno Pinho)

Processo 3/ 2005

Deu entrada no Conselho de Jurisdição Nacional da JSD no dia 09/ 06/ 2005 remetido pelo companheiro João Marinho Gomes um pedido de impugnação do acto praticado pelo Presidente da Comissão Política Distrital da JSD de Braga, que procedeu à substituição do impugnante nas funções de vogal da Comissão Política da JSD de Braga.

Nos termos do n.º 1 do artigo 34.º dos Estatutos Nacionais da JSD e do artigo 30.º do Regulamento Jurisdicional da JSD, o Conselho de Jurisdição Nacional emitiu o seguinte parecer:

1. Tendo-se verificado a demissão da maioria dos membros da Comissão Política Distrital da JSD de Braga, forçoso será concluir que aquele órgão, nos termos do preceito acima citado, perdeu o mandato.
2. Alega a Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Braga, em carta dirigida ao impugnante que “após a formalização das demissões, o Presidente da CPD deveria proceder à substituição dos membros demissionários pelos suplentes imediatos, e disso dar conhecimento à Mesa, para efeito de fiscalização das normas regulamentares”.
3. Mais alega, que a Mesa foi de facto informada da efectivação da referenciada substituição, tendo aceite a mesma.
4. Todavia, nos termos da h) do artigo 77.º dos Estatutos Nacionais da JSD, cabe ao Conselho Distrital proceder à eleição dos substitutos “de qualquer titular de órgãos distritais da JSD, em caso de vacatura ou de impedimento prolongado”.
5. Pelo que não poderia o Presidente da Comissão Política Distrital da JSD de Braga ter procedido à substituição do elemento demissionário, nem poderia a Presidente da Mesa do Conselho Distrital ter aceite a mesma.
6. O Presidente da Comissão Política Distrital apenas poderá proceder à substituição dos elementos da sua comissão política pelos suplentes que a integram, na circunstância de um impedimento que motiva a substituição ser meramente temporário.
7. O disposto na alínea h) do artigo 77.º dos ENJSD é claro estipulando que a substituição de membros da comissão política, motivada por impedimentos prolongados ou vacaturas de cargo, apenas se poderão ser efectivadas através da intervenção do Conselho Distrital.
8. Por outro lado, e mesmo que fosse conforme ao disposto nos ENJSD a substituição operada, a mesma não se poderia ter verificado, já que o órgão deixou de se encontrar em

funções no momento em que se operou a última demissão, (oitava).

9. Sendo a Comissão Política Distrital composta por 15 membros, (n.º 1 do artigo 82.º dos ENJSD), apresentando a demissão do órgão 8 membros, esta perderá o mandato nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º dos ENJSD.

10. Pelo que, não poderia proceder-se à substituição de qualquer elemento da comissão política distrital, pelo simples facto de o órgão não se poder considerar em funções.

11. Devendo isso sim ser iniciado o processo eleitoral, nos termos do Parecer n.º 1/2005 do CJN, publicado no Povo Livre de 13 de Julho de 2005, para efeitos de eleição da Comissão Política Distrital da JSD de Braga.

12. Até ao momento em que se verificar a eleição da Comissão Política Distrital da JSD de Braga, as competências deste órgão serão assumidas pelo órgão imediatamente superior do mesmo tipo, ou seja a Comissão Política Nacional, (n.º 1 do artigo 28.º dos ENJSD).

13. Pelo exposto, fica prejudicada a apreciação da questão de saber se os pedidos de demissão de membros da Comissão Política Distrital entregues por carta registada à Presidente de Mesa do Conselho Distrital e comunicados ao Presidente da Comissão Política Distrital, são válidos para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º dos Estatutos Nacionais da JSD.

14. Assim, e nos termos do n.º 1 do artigo 34.º dos ENJSD e do artigo 30.º do Regulamento Jurisdicional da JSD, o Conselho de Jurisdição Nacional da JSD anula a decisão do Presidente da Comissão Política Distrital em substituir o vogal da Comissão Política Distrital, João Filipe Marinho Gomes, por violação do disposto na alínea h) do artigo 77.º dos ENJSD e da alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º dos ENJSD, verificando-se em consequência a perda do mandato daquele órgão.

Fátima, 19 de Novembro de 2005

Notifique-se o requerente.

Publique-se

O Presidente do CJN
Pedro Reis



Jantar de Natal da Distrital da JSD de Évora

A Distrital da JSD de Évora promove no próximo dia 17 de Dezembro o seu tradicional Jantar de Natal. Desta feita o evento terá lugar em Montemor-o-Novo, estando por isso a Secção local da JSD a colaborar na organização.

A iniciativa de periodicidade anual é um momento de convívio e confraternização entre os militantes de todo o distrito, esperando-se por isso um elevado número de participantes

Sendo o Natal uma época festiva em que se procura veicular valores como o da solidariedade a estrutura organizou para o mesmo dia uma acção de recolha de presentes para distribuir por crianças carenciadas.

**Secção da JSD de Odivelas
promove debate:**

“JSD: Quem Fomos... e Quem somos...”

No próximo dia 12 de Dezembro, segunda-feira, a JSD Odivelas acolhe na sua sede a iniciativa: “JSD: Quem Fomos... e Quem somos...”. Estão desde já confirmadas as presenças de Pedro Passos Coelho, Vice-presidente da Comissão Política Nacional do PSD e ex-Presidente da JSD, e Bruno Ventura, actual Vice-presidente da JSD, e Presidente da Distrital de Lisboa, que certamente contribuirão para animar o debate.

Pretende-se com esta actividade promover a discussão sobre o que foi a JSD e qual o papel da estrutura nos dias de hoje.

...e prepara Jantar de Natal/Solidariedade

A JSD Odivelas realiza no próximo dia 17 de Dezembro o seu Jantar de Natal. De referir que o evento terá cariz solidário, estando mais informações disponíveis no seu blog:

www.kontacto.blogspot.com



Secção da JSD de Ílhavo promove Campanha de Solidariedade

Durante a época natalícia a Secção da JSD de Ílhavo está a realizar uma Campanha de Recolha de Alimentos para posteriormente distribuir por Instituições de Solidariedade.

Esta iniciativa, que já é tradicional na secção, foi bem recebida pelas instituições do concelho nos anos anteriores. Tendo em conta este sucesso a estrutura decidiu realizar mais uma campanha, demonstrando assim a sua preocupação com as questões da solidariedade, e mostrando que com pequenos gestos se pode fazer a diferença.

Todos podem contribuir, bastando para isso contactar a secção de Ílhavo da JSD, sendo que os contributos se destinam exclusivamente a instituições do concelho.

A Secção da JSD de Ílhavo deseja a todos um Santo e Feliz Natal para todos.



MARCA DE GERAÇÕES

No Algarve, Cavaco Silva fala de Turismo e inaugura a sua sede de Candidatura

(Conclusão da pag. 8)



“No passado, Portugal foi um País de sucesso. Dizia-se mesmo que Portugal era a Califórnia da Europa. Porque é que não podemos voltar a esse tempo?”. Este foi o desafio lançado por Aníbal Cavaco Silva em Faro, durante a inauguração da Sede Distrital de Candidatura.

As instalações foram exíguas para conter os apoiantes e o entusiasmo pela candidatura à Presidência da República de Cavaco Silva. O candidato também não escondeu a sua emoção por regressar à cidade de Faro onde, numa alusão aos seus tempos de estudante, começou a “construir a vida”.

Falando em plena rua, para que as suas palavras pudessem chegar a todos, Cavaco Silva destacou a necessidade de assegurar a estabilidade política do País e o aumento dos níveis de confiança necessários ao crescimento sustentado como uma das razões motivadoras da sua candidatura à Presidência da República.

“A confiança é decisiva para que os portugueses possam encontrar o caminho do desenvolvimento e da criação de emprego”, disse.

Por isso, as suas palavras-chave serão “cooperação e mobilização”. “É preciso acabar com certas polémicas que não conduzem a nada”, afirmou.

“O que têm os espanhóis mais do que nós? Porque estamos parados e eles crescem. Há qualquer coisa que tem de mudar e mudar rapidamente”, disse.

Neste tempo que corre, defendeu Cavaco Silva, o Presidente da República deverá ser um “agente de desenvolvimento”, ele tem que “mobilizar empresários, sindicatos e forças nacionais” para que “rememos todos no mesmo sentido”.

Mais tarde, no jantar/encontro com o sector do Turismo do Algarve, que reuniu mais de dois mil apoiantes, em Albufeira, as novas potencialidades do turismo, a necessidade de cooperação entre todos para manter a qualidade e alargar a oferta a novos mercados, como por exemplo, o emergente mercado turístico

chinês, o aumento da esperança de vida e as companhias de baixo custos, estiveram no centro das preocupações de Aníbal Cavaco Silva.

“É o tempo de parar um pouco e pensar que agora é o tempo de requalificar os equipamentos turísticos que temos, mais do que acrescentar uma massa, que parece cada vez maior, de equipamentos turísticos”, disse Cavaco Silva.

Este sector continua a ser de importância vital para o nosso País. As regiões do Algarve e da Madeira detêm já diferenciados níveis de desenvolvimento resultantes da aposta no Turismo.

No entanto, Cavaco Silva lembrou aos participantes no jantar de apoio à sua Candidatura à Presidência da República, que não podem parar. É importante que todos os algarvios, empresários, sindicatos e entidades públicas da região assumam um “compromisso geral a favor da qualidade”.

Só assim, com este esforço de consciencialização, lembrou, se “pode defender o nível de vida dos algarvios”.

“É preciso requalificar a oferta algarvia, mais do que acrescentar muito mais oferta”, referiu, sublinhando que este sector vai crescer muito nas próximas décadas e será muito importante para o crescimento económico do País.

Por isso, as novas apostas deverão centra-se sobretudo no aumento da qualidade da nossa oferta. “A grande resposta à globalização está na inovação, na diferenciação em relação a outros destinos”, afirmou Cavaco Silva.

A título de exemplo, Cavaco Silva, lembrou que a China está a crescer a níveis de desenvolvimento acelerados e é necessário dar atenção especial a este imenso mercado que poderá alterar o sector a nível mundial.

Fontes e fotos: “Lusa”, Candidatura.